Relatório da Delegacia Estadual do Serviço de Educação de Adultos da Bahia

Adriano Bernardes Batista

Imo. Snr. Nº 57
Armando Hildebrand,
M.D. Secretário do 2º Congresso Nacional do S.E.A.
Rio

Tenho a satisfação de passar às nossas mãos o relato histórico, cronológico, consoante pedido, das atividades da Campanha de Educação de Adultos, neste Estado, assim distribuída a matéria:

Considerações gerais sobre a idealização e realização do plano nacional.
Criação e denominação do órgão na Bahia
Nomeação dos Delegados e suas gestões
Estrutura de Delegacia a composição dos Setores
Instalação da Campanha
Distribuição o Localização dos cursos
Distribuição da cota oficial
Nomeação dos Regentes
Nomeação das Comissões Municipais
Do funcionamento dos cursos e sua inspeção
Da cooperação geral
Movimentos estatístico
Movimento financeiro
Voluntariado da Campanha
Do ensino visual
Do ensino profissional - Centros de Iniciação etc. etc.

Esperando, desse modo, ter cooperado no brilho do Congresso, a se realizar nessa Capital, e a que se destina o presente relato, permito-me lembrar, se necessários melhores subsídios, os Relatórios circunstanciados da Bahia existentes no Departamento Nacional de Educação (S.E.A.), motivo por que foram, no de hoje, surpresos os detalhes.

Cordiais saudações
Adriano Bernardes Batista

Histórico

O movimento de sentido cívico e social da "recuperação nacional de adultos e adolescentes analfabetos", depois "Campanha Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos e Adolescentes", mantida pelos recursos do "Fundo Nacional do Ensino Primário" e cujo plano básico foi idealizado, em 1945, pelo saudoso Presidente Vargas ante os

alarmantes resultados do Recenseamento de 1940, foi lançado no Brasil em 1947, no governo do Exmº Gal. Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, pelo Ministério da Educação, então ocupado pelo Dr. Clemente Mariani.

Instala-se nos Estados e Distritos, inclusive o Federal, em Abril do mesmo ano, centralizando suas atividades nas unidades da Federação em órgãos subordinados, administrativamente, às Secretarias da Educação e demais Departamentos educativos.

NA BAHIA, que nos incumbe relatar, o referido órgão, gozando de franca autonomia, reconhecida e aprovada pelo governo, tomou o nome de "Delegacia do Serviço de Educação de Adultos", e funcionou no prédio da Secretaria da Educação desde sua instalação até 1951, quando, por motivos superiores, localizou-se na casa confronte, nº 377, à mesma Avenida Sete, de onde se transferiu em Outubro de 1957 para o antigo edifício do "Departamento Estadual da Criança" rua da Ajuda, onde se encontra no momento. Não foi a mesma, como devera, criada por ato governamental, tendo sido constituída por força do decreto que nomeou para executarem o citado plano do Serviço e superintendência da Campanha dos Delegados dos Governos Federal e Estadual, respectivamente: Dr. Álvaro Augusto da Silva e Dr. Solon Nelson de Souza Guimarães. Ao primeiro coube responder pelo expediente do Ministério:

Ao Estado:
Recebimento e controle das finanças
Prestação de contas
Apresentação de relatórios anuais das atividades desenvolvidas.
Manter, em suma, o devido intercâmbio entre a Bahia e a citada Pasta.

Ao segundo:

O uso exclusivo das atribuições atinentes Criação e localização dos cursos.

Recrutamento, seleção e nomeação dos regentes: diplomados, normalistas e leigos:

Todo o movimento correspondente: exonerar, reconduzir, transferir; etc.

Foi a Delegacia em organização composta de funcionários do Estado requisitados da Secretaria de Educação e, posteriormente, de outras Repartições, entre eles um contador da Secretaria da Fazenda - até o momento em função - sendo que a maioria postos à disposição da mesma com as vantagens de seus respectivos cargos, acrescidas, em alguns fatos, de pequenas gratificações, por conta da verba federal de administração" que mantinha, também, desde 1948, alguns outros servidores, os contratados, dispensados, com franco prejuízo para o Serviço, por força da supressão da verba aludida em 1952.

Cuidaram, os dois Delegados mencionados de estruturar a Delegacia, criando, obedecidas as diretrizes federais, os 4 Setores seguintes:
Administração e Cadastro
Contabilidade
Estatística
Propaganda e Relações com o Público.

Compuseram esses Setores, conforme a mesma orientação, os referidos funcionários do Estado, em número de 16, sendo designados por portarias dos Delegados chefes dos mesmos, respectivamente, os seguintes:

Maria Elvira de Carvalho 01iveira
Graziela Nunes Campos
Gisélia de Vasconcelos Sampaio
Amélia de Carvalho Oliveira.

(Em 1951 foi criado o "Setor de Orientação Pedagógica" e designada para chefiá-lo a Profa. Maria Antonieta Paranhos Dias dos Santos)

Levado, pois, o plano educacional a efeito, imediatamente foram observadas as cotas preestabelecidas pelo Ministério, criados 1.635 cursos supletivos, sendo 140 na Capital e 1.495 no Interior, entrando todos, de logo, a funcionar, sob a supervisão do "Serviço Central" em Salvador, que expediu a todo o Estado circulares de instruções circunstanciadas.

Meses depois, compreendendo a necessidade de serem os cursos assistidos in-loco e constantemente, constituiu, designando-os por portarias, um quadro de Professores Responsáveis pela Campanha do Ensino Supletivo e residentes na sede de cada Município do Estado, então 150, incluído o de Salvador, hoje 172, medida que foi de grande alcance e acerto até hoje praticada, uma vez que, atenta a extensão territorial da Bahia, a longitude entre a Capital e os Municípios, a dificuldade de transporte desfavorável à rápida comunicação não foi nem é, até o momento, possível a esta Delegacia man ter, por si só, essa desejada assistência aos cursos até hoje assegurada mediante correspondência postal e telegráfica e serviço de Rádio existente em vários dos Municípios. Para esse fim, criou, ainda, em cada Município e de acordo com a determinação e nomes do Ministério, "Comissões Municipais" compostas dos elementos indicados:

Prefeitos
Juízes de Direito, Pretores e Promotores
Vigários
Diretores de Grupos Escolares
Delegados Escolares Residentes
Agentes de Estatística
Vereadores
Funcionários públicos etc.

Comissões essas que atuam em colaboração com os Professores Responsáveis, sendo, ainda, solicitados a darem sua cooperação aos Inspetores Regionais de Ensino público estadual, compreensivos na prestação desse serviço extraordinário, devendo dizer, aqui, que a Cruzada Nacional em apreço foi recebida com geral agrado em face da população analfabeta existente em toda parte do País devido ao insuficiente número de escolas públicas primárias para a infância especialmente as supletivas noturnas para adultos.

Das atribuições dessas "Comissões Municipais" destaca-se: a propaganda, a fiscalização ou inspeção e o incremento à matrícula e frequência aos cursos evidentemente crescentes, como se verifica no quadro anexo à página 7.

De tudo isso temos no "Dossiê" da Delegacia testemunhos expressivos.

Da Propaganda

O serviço de propaganda para esclarecimento da população sobre os objetivos da Campanha foi feito no início da mesma do seguinte modo:

Recorreu-se à imprensa da Capital e do Interior, Emissoras Radiofônicas para divulgação das notícias mais urgentes, ao serviço de alto-falantes, a circulares mimeografadas endereçadas aos mesmos membros componentes das aludidas "Comissões Municipais" e, também, aos comerciantes, aos Ginásios, Escolas Normais, etc. utilizados todos os meios e formas:

Conferências
Distribuições de panfletos
Concurso de frases alusivas a Campanha
Publicações de artigos e notas.

Neste particular, salientaram-se, na Capital, os seguintes jornais: "A Tarde", o "Estado da Bahia" e o "Diário Oficial" e, no Interior, os editados na sede dos Municípios:

O Nordeste	Alagoinhas
Sete Dias	Alagoinhas
O Eco	Nazaré
O Nazaré	Nazaré
O Grito	Nazaré
Folha do Norte	Feira de Santana
Correio do Sertão	Morro do Chapéu
Boletim Oficial	Belmonte
A Semana	Campo Formoso
A Semana	Valença
Valença Oficial	Valença
O Sertão	Lençóis
A Palavra	Canavieiras
O Contemporâneo	Nazaré

O referido serviço de propaganda continua, na atualidade, a ser feito quer na Capital quer no Interior.

Da Fiscalização

Em todas as gestões o serviço de fiscalização ou de inspeção aos cursos no Interior do Estado foi confiado, como já expomos linhas atrás, aos Professores Responsáveis e as "Comissões municipais".

De 1947, início da Campanha, até 1950 o serviço na Capital esteve a cargo dos funcionários da própria Delegacia que procediam visitas periódicas e revezados, muitas das quais efetuadas pelo Delegado, exercendo, ainda, nessa gestão as funções de Inspetor o Dr. Carlos Eduardo da Rocha.

Na gestão do Dr. Osvaldo Pinto de Carvalho foram por estes designados para o fim os seguintes senhores: Manuel Egídio Pinto de Carvalho, com exercício no interior e Mário Gordilho Pedreira e Dr. João Macedo Guimarães Filho com exercício na Capital,

admitidos, respectivamente em: 6 de 1951, julho de 1951 e Marco de 1952, quando os mencionados prepostos foram dispensados por ter sido supressa a verba que os gratificava.

Os referidos fiscais exercerem a contento as suas funções, procedendo visitas regulares aos cursos e apresentando relatos mensais de suas atividades, pondo, assim, a Delegacia ao par da situação de cada unidade supletiva permitindo, ainda, a oportuna reparação das falhas porventura observadas no seu funcionamento ou na sua direção.

Assim dispostas as coisas, trataram os Delegados de incrementar a matrícula e a frequência. Desse modo, o primeiro exercício da Campanha, em 1947, iniciado em Abril e terminado em Dezembro, decorreu, normalmente, e com o entusiasmo próprio em tais cometimentos, apurando-se o seguinte resultado:

MATRÍCULA: No Interior: 56.600
Na Capital: 6.222
Total: 62.822

FREQUÊNCIA: Em todo o Estado: 53.570
Comparecimentos a exame: 53.570
Promovidos à classe imediatamente superior: 21.318

Para acentuação desse entusiasmo, instituíram-se dois concursos: o do "Hino da Campanha", a que se inscreveram muitos candidatos, e o do "Município de melhor produção do ensino", cabendo neste o primeiro prêmio (medalha de ouro) a Alagoinhas, detentos do primeiro lugar com estatística escolar a mais elevada.

O ano letivo de 1948 fluiu com a mesma vibração.

Para dar uma ideia do movimento geral em todo o Estado foi inaugurado no "Hall" do 2° andar da Secretaria de Educação uma exposição de gráficos, fotografias e mapas, através dos quais se pôde verificar a contribuição do órgão do ensino supletivo na alfabetização dos baianos, uma vez que figuraram a produção de todos os Setores da Delegacia e todos os dados estatísticos de 1947 a 1948. E foi um motivo do aprazimento ter sido a Bahia classificada pelo Serviço Central do Rio como o Estado que mais produziu, incluindo São Paulo.

Nos anos seguintes, a Campanha, já estabilizada e generalizada, **prosseguiu no mesmo ritmo: com regularidade, sem grandes fatos assinaláveis**, funcionando os cursos nestes períodos:

1947	De Abril a Dezembro
De 1948 a 1952	De Maio a Novembro
1953	De Maio a Setembro
1954	De Junho a Novembro
1955	De Junho a Dezembro
De 1956 a 1957	De Maio a Novembro

Sendo que, em 1958, o exercício letivo, com início em Abril, terminará a 30 de Outubro. Atendendo a peculiaridades regionais, algumas unidades da Federação foram autorizadas a adotar um período especial.

Os quadros seguintes mostram o movimento geral: funcionamento das aulas - Matrículas e Frequência - e dos exames finais: comparecimentos, promoções e conclusões de curso.

Matrícula Geral

1947	62.822	1952	88.395
1948	85.543	1953	77.783
1948	90.477	1954	69.934
1950	94.057	1955	42.653
1951	91.016	1956	53.590

1957 - Não apurada ainda
1958 - Idem

Frequência Geral

1947	53.570	1952	61.280
1948	56.026	1953	74.820
1948	65.808	1954	66.621
1950	61.488	1955	40.057
1951	84.683	1956	50.657

1957 - Não apurada ainda
1958 - Idem

COMPARECIMENTO AO EXAME		PROMOVIDOS	
1947	55.570	1947	21.318
1948	56.026	1948	26.983
1949	63.808	1949	53.098
1950	61.488	1950	50.879
1951	84.683	1951	35.190
1952	61.280	1952	33.521
1953	74.820	1953	27.359
1954	66.621	1954	29.606
1955	40.057	1955	17.359
1956	50.657	1956	21.938
1957	Não apurado, ainda	1957	Não apurado, ainda

CONCLUSÃO DE CURSO

1947	Não houve, por ser ano inicial da Campanha.
1948	9.124
1949	11.265
1950	11.707
1951	10.800
1952	11.381
1953	9.180
1954	9.059
1955	5.505
1956	6.463
1957	Não apurado, ainda.

Da instalação dos cursos

(Mantidos com auxílio federal)

A distribuição e redistribuição dos cursos supletivos pelos Municípios obedeceu a determinação do Ministério quanto a conveniência de serem os mesmos, na sua maioria, localizados no sertão e nas zonas rurais, de maior população analfabeta e de menores possibilidades e recursos educativos. Observou-se, ainda, salvo algumas exceções em determinados anos, como veremos do quadro abaixo, as cotas oficiais preestabelecidas pelo citado Ministério.

Quadros

ANOS		COTAS	
1947	1.600	Excesso	35
1948	2.000	Excesso	85
1949	2.000	Excesso	336
1950	2.500	Excesso	46
1951	2.500	Excesso	94
1952	2.500	Excesso	151
1953	2.500	Excesso	12
1954	2.250	Excesso	27
1955	1.260	Excesso	36
1956	1.600	Excesso	53
1957	676	Excesso	43
1958	1.600	Com excesso a ser declarado oportunamente	

Dos Delegados e suas gestões

De Abril de 1947 até o momento a Campanha esteve e está confiada aos seguintes Delegados nomeados pelo Sr. Governador:

Dr. Álvaro Augusto da Silva

De Abril de 1947 a Janeiro de 1951. Exonerado, a pedido, por Decreto de 14 de Abril de 1951.

Dr. Solon Nelson de Souza Guimarães

De 14 te Abril de 1951 a 5 de Julho de 1952. Exonerado por Decreto de 4-7-59, publicado em 5 do mesmo mês e ano.

Profa. Marie Elvira de Carvalho Oliveira

De 5 de Julho de 1952 a 14 de Outubro de 1952.

Designada, para responder pelo expediente, por Decreto de 5-7-52, em substituição a Dr. Osvaldo Pinto de Carvalho, que deixou o cargo, inesperadamente, e por motivos superiores.

Dr. Adriano Bernardes Batista

De 14 de Outubro de 1952, quando tomou posse, até a hora presente. Nomeado por Decreto de 30 de Setembro de 1952, publicado no "Diário Oficial" de 1 de Outubro de 1952, "para superintender a Campanha como Delegado deste Estado!

Todos eles assumiram as funções dos cargos, dando continuidade aos serviços e respeitando as normas já estabelecidas pelos seus antecessores, obedientes, por sua vez, as instruções ministeriais

Na gestão do Dr. Osvaldo Pinto de Carvalho, foi, porém, reorganizado, com a colaboração de Secretaria da fazenda, que pôs à disposição um funcionário seu, o "Setor de Contabilidade", sendo então instituídos os livros "Diário", "Caixa" e "Corrente", até então inexistentes e pelos quais são controlados os recebimentos e a aplicação das respectivos verbas. Foi, também, levantada a relação do material permanente, mediante a competente escrita.

Promoveu, ainda, este Delegado a vinda do Prof. José França técnico do Ministério da Educação, e, aproveitadas as sugestões do mesmo, procedeu uma reforma da Delegacia, a racionalização dos serviços, criando o "Setor de Orientação Pedagógica" já citado à página 2, cujo objetivo é orientar a execução das instruções oriundas de idêntico serviço no âmbito federal, selecionado o magistério e provendo os cursos do material didático necessário ao seu regular funcionamento.

Do ensino visual

Em 1949 o Ministério da Educação deu à Campanha uma nova fase: a do ENSINO VISUAL por meio de aparelhos de projeção fixa a querosene e elétricos, corrente 110 e 220 volts, aqui chegados em três remessas: a primeira em janeiro, a segunda em Junho e a terceira em Dezembro do mesmo ano de 1949, acompanhadas, todas, das respectivas lâmpadas e de "Livretos de Instrução" para o manejo.

Somente em 19 de outubro de 1949 foram recebidos os diafilmes, de 6 qualidades apenas:

Aconteceu com o Altamiro
Nasce una Criança
A Criança no Lar
Maria Pernilonga
Tuberculose e
Difteria, acompanhando-os 224 folhetos explicativos.

O referido ensino foi inaugurado em projeções solenes durante 3 dias consecutivos no salão nobre da Secretaria de Educação, a que compareceram o titular da mesa, as principais classes supletivas da Capital, com os respectivos regentes, jornalistas, representantes do mundo oficial, pessoas gradas, etc., como se verifica do noticiário dos jornais constantes do "Dossier" desta Delegacia.

Assim, suas atividades, iniciadas em Salvador, passou, depois, do Interior do Estado. Foram os projetores distribuídos pelos Municípios. Sendo o número destes superior ao dos aparelhos recebidos, foi adotado, na sua distribuição, o sistema rotativo e, também previamente estudado pelo Delegado em que foram observados:

a) a existência de classes supletivas numerosas.
b) o interesse dos educandos e dos regentes por essa nova modalidade de ensino.
c) a presença de professores capazes de exercê-lo, de manejar o aparelho ou de solicitar a cooperação de algum técnico local para a montagem e desmontagem da máquina e reparação das avarias, não raro observáveis no seu funcionamento.

Contudo, apesar da vontade, da boa orientação dada, o ensino em apreço, especialmente no sertão, não obteve o êxito almejado, por estas razões:

1º - Pela inexistência, como já dissemos, de pessoas habilitadas ao manejo.

2º - Pela invariabilidade dos 6 diafilmes enviados pelo Ministério e que tratam de: higiene, geografia, história, proteção à infância, e das modernas técnicas de trabalho, razão por que o Delegado o estreou com a colaboração do "Consulado Americano" que cedeu, por empréstimo, filmes recreativos, coloridos, que foram passados nos intervalos dos outros, que concorreu para prender a atenção dos alunos e aumentar a frequência as aulas, uma das finalidades, talvez, do ensino em tela.

Em 1957 o Ministério remeteu-nos mais 6 diafilmes diferentes, o que, por várias vezes, lhe foi solicitado através de relatórios e dos seus representantes quando de visita a Bahia.

Onde funcionaram, serviram os projetores, não só ao fim a que se destinam, também, para abrilhantarem as festas escolares, inclusive o encerramento festivo dos cursos supletivos, como se pode apreciar das correspondências recebidas em que os Professores Responsáveis e pessoas outras se manifestam a respeito.

Do ensino profissional

Essa modalidade de ensino, nova face da Campanha instalada no País pelo Ministério em 1951, teve começo na Bahia, devido a dificuldades inamovíveis, em 1954.

Os "Centros de Iniciação Profissional", que o constituem, foram assim criados e localizados:

1954: Três Centros, sendo um na Capital e dois no Interior: nos Municípios de Barreiras e Cruz das Almas.

1955,1956 e 1957: Doze Centros, localizados nos seguintes Municípios: Salvador, Jacobina, Juazeiro, Jequié, Caitité, Pedra de Santana, Cruz das Almas, Barreiras e Alagoinhas.

1958: Três Centos - Localizados nos mesmos Municípios.

Foram instalados em número de 13, após entendimento: havido por correspondência oficial entre esses Ministérios e o Delegado, cujo acertada proposta foi aprovada pelo Diretor do Departamento Nacional, uma vez que, mantidos os 30 professores, como manda o Acordo, não houve alteração de verba nem, tampouco, inconveniente ao ensino.

Funcionaram eles nos mesmos locais do ano próximo findo.

Os Relatórios anuais das atividades dos aludidos Centros, remetidos ao "Serviço Nacional de Educação de Adultos", contem, com pormenores, toda a matéria em foco.

Da cooperação em geral

No sentido de obter maior eficiência nos trabalhos da Campanha, também no de lhe dar cunho de cessão social, o Ministério de Educação apelou para a cooperação de entidades particulares: sindicatos, associações de qualquer tipo, estabelecimentos de ensino e em presas. Essa colaboração de entidades particulares em qualquer das modalidades referidas, está prevista numa das cláusulas de "Acordo Especial" celebrado entre a citado Ministério e cada uma das Unidades da Federação.

Dentre as mais valiosas manifestações recebidas está a "Ação Católica", instituição nacional que se estende através das arquidioceses, Dioceses e Prelazias, enfim pelas Paróquias pertencentes a cada uma dessas divisões eclesiásticas.

A começar pelo Distrito Federal foi satisfatória a organização de classes de ensino supletivo já mantidas pela "Ação Social Arquidiocesana", secção local da "Ação Social Católica", como afirmou a Circular expedida por S. Eminência o Cardeal do Rio de Janeiro.

Seguindo as mesmas diretrizes na Bahia solicitou-se no início da Campanha a cooperação geral (material e moral) do povo e dos governos: estadual e municipal, das Repartições Públicas e autárquicas, comércio, instituições bancárias, unidades e corporações militares, e, também, religiosas que se prontificaram a colaborar na organização e funcionamento dos cursos.

Além do valioso apoio moral dispensado por todas as classes, a cooperação material pode ser, para apreciação, assim distribuída:

Do Ministério da Educação e Cultura

A mesma concedida aos demais Estados.

Material e Controle - Folhas de pagamento, boletins dos cursos e dos Centros Profissionais.

Material Didático - Cartilhas, livros, mapas murais, livros de matricula, frequência, etc.

Material De Propaganda - Cartazes, jornais, folhetos.

Segue-se a cooperação financeira.

Cooperação Financeira do Ministério

Verba de magistério e Verba de Administração

Totais gerais:

1947	Cr$	3.840.000,00
1948	Cr$	4.900.000,00
1949	Cr$	4.900.000,00
		280.000,00
1950	Cr$	6.125.000,00
		350.000,00
1951	Cr$	6.125.000,00
		350.000,00
1952	Cr$	6.125.000,00
		350.000,00
1953	Cr$	4.375.000,00
1954	Cr$	4.725.000,00
1955	Cr$	3.439.800,00

Do Estado

O Estado cooperou, cedendo:

a) Seus funcionários requisitados para comporem a estrutura desta Delegacia, como já foi dito, e, também, carteiras para os mesmos e outras peças de mobiliário indispensáveis a uma Repartição pública.
b) Prédios Escolares para instalação e funcionamento dos cursos, quer na Capital, quer no Interior.
c) Guardas Civis para manterem a ordem dos cursos localizados em zonas de aglomeração popular. Etc. etc…
d) Pequena ajuda financeira. Vide página seguinte.

Cooperação Financeira do Estado

1948	Cr$	50.000,00
1949	Cr$	50.000,00
1950	Cr$	100.000,00
1951	Cr$	100.000,00
1952	Cr$	100.000,00
1952	Cr$	48.000,00
1953	Cr$	100.000,00
1953	Cr$	48.000,00
1954	Cr$	100.000,00
1954	Cr$	48.000,00
1955	Cr$	100.000,00
1955	Cr$	36.000,00
1956	Cr$	100.000,00
1956	Cr$	36.000,00
1956	Cr$	30.000,00
1957	Cr$	120.000,00
1957	Cr$	48.000,00
1957	Cr$	42.000,00
1958	Cr$	120.000,00
1958	Cr$	48.000,00
1958	Cr$	42.000,00

Total da cooperação financeira do estado: Cr$ 1.256.000,00
P.S. As importâncias de 100 e 120.000,00 destinam-se ao apagamento do Delegado. As de Cr$ 48.000,00 a "Despesas miúdas de pronto pagamento " e as de Cr$ 42.000,00 a "Artigos de expediente, desenho e ensino"

Do Município

Os Municípios, inclusive o de Salvador, colaboraram dentro de suas possibilidades, dando, a pedido, do Delegado e dos regentes locais certe ajuda, sendo digna de nota: a referente a iluminação escolar até o momento verificada e ao pagamento das Zeladores que, nos primeiros anos da Campanha, se encarregavam, mediante pequena gratificação paga pela Delegacia, da guarda e conservação dos Prédios Escolares ocupados, à noite, pelos cursos supletivos.

Do Voluntariado

Vale aludir, aqui, ao Voluntariado da Campanha mandado abrir pelo Ministério em todo o Brasil. Acolhendo-1he a recomendação nesse sentido, o Delegado entrou em entendimento com o Secretário e Diretor da Educação e expediu Circulares aos Diretores de estabelecimentos, Associações, etc. em todo o Estado.

Apesar dos esforços envidados, porém, esse ponto da Campanha não floresceu, contando-se, apenas, na Bahia, desde o início da Campanha, as seguintes classes voluntárias, algumas das quais já extintas:

No Interior

Nos Municípios de:	
Alagoinhas	"Ginásio de Alagoinhas"
Nazaré	"Educandário de Nazaré"
Ilhéus	Escola Normal
Feira de Santana	Escola Normal
Belmonte	Escola José Joaquim da Silva Xavier
Serrinha	Povoado do "Saco do Correio"
Cachoeira	Sede - Rua Ana Nery,16
Santa Inês	Nos povoados de Lagoa Preta, Pedrão, Ponto Novo e Batateira.

Na Capital

Ginásio Bom Jesus	Rua Barão de Cotegipe,138
Bairro do Palmeiras	Distrito dos Mares.
"Liceu de Artes e Ofícios	Extinta.

Como se verifica do exposto, a Campanha de Educação de Adultos na Bahia, apesar das dificuldades que se lhe antepõem, prossegue com o mesmo entusiasmo e o mesmo ritmo de trabalho, mantidos os mesmos Setores de atividade e o mesmo corpo de funcionários que vêm dando ao atual titular a mesma cooperação patriótica, lamentando-se, apenas, não dispor o signatário de verbas que possibilitem, dentro do programa nacional, a ampliação de seus planos coerentes com os ideais do Ministério da Educação e Cultura.

Declarando, mais uma vez, não pormenorizar fatos, por constarem dos relatórios anuais, apresentados por este órgão ao Departamento Nacional de Educação e, por meio dele, ao Serviço Central da "Campanha Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos e Adolescentes", nada mais, pois, tendo a relatar e comentar, subscrevo-me, formulando votos pelo êxito do interessante conclave educacional a se realizar no próximo mês de Julho.

Estado da Bahia, Salvador, 31 de maio de 1958